

ESTADOS FALIDOS

Governadores voltam a pedir ajuda individual

O PACOTE DOS FALIDOS

As medidas que os governadores devem propor ao Congresso

PROJETO DE LEI

- O governo está negociando com alguns Estados as dívidas mobiliárias, em títulos emitidos pelos Estados no mercado financeiro. No passado, foram negociadas as dívidas contratuais, com bancos. E em 1995 foram refinanciados empréstimos de antecipação de receita orçamentária (ARO) feitos pelos Estados
- Se for aprovado pelo Congresso, o projeto de lei dos governadores obriga o governo a renegociar todas as dívidas e não apenas a mobiliária. Os débitos seriam refinanciados pelo Tesouro Nacional com juros de 6% ao ano e os Estados teriam 30 anos para pagar a dívida à União
- Segundo o projeto, não poderão ser incluídos na negociação dívidas externas e débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- O projeto proíbe os Estados de emitir títulos novamente, exceto se os papéis forem usados para pagar dívidas judiciais. Em algumas situações, o projeto permite que os governadores contraiam novos empréstimos

PROJETO DE RESOLUÇÃO

- Os governadores querem alterar uma resolução do Senado que fixa em 11% da receita dos Estados o limite de comprometimento com o pagamento de dívidas. A nova resolução reduziria o limite para 6% nos primeiros três anos após a aprovação do projeto. A partir do quarto ano, o limite seria de 7%

EMENDA CONSTITUCIONAL

- Há um artigo no capítulo das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 que obriga os Estados a quitar até este ano dívidas judiciais que estavam pendentes na época da promulgação da Constituição. Emenda a ser apresentada pelos governadores dá mais oito anos de prazo para o pagamento desses débitos

MEDIDA PROVISÓRIA

- A Medida Provisória do governo sobre o Cadastro Informativo de Créditos (Cadin), ainda não examinada pelo governo, proíbe a renegociação de dívidas vencidas até 30 dias antes da edição da MP. Os governadores querem eliminar essa restrição para que as dívidas atrasadas possam ser refinanciadas

Buaiz, Suruagy e Roseana vão a Brasília negociar com Ministério da Fazenda recursos para seus Estados

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Os governadores Divaldo Suruagy, de Alagoas, Vítor Buaiz, do Espírito Santo, e Roseana Sarney, do Maranhão, estiveram ontem com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para discutir a obtenção de recursos para programas de seus Estados. Hoje está prevista nova rodada de negociações entre Parente e o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.

Suruagy pediu um novo empréstimo de R\$ 100 milhões para seu programa de demissão voluntária. Ele apresentou projeto de lei que já está na Assembleia Legislativa, prevendo a extinção de 9 secretarias e 16 órgãos. O governador pediu também mais 90 dias de suspensão dos pagamentos à Caixa Econômica Federal (CEF).

Buaiz quer R\$ 450 milhões do Tesouro para montar um fundo de previdência para os funcionários públicos aposentados. Dessa forma, eles deixariam de pressionar a folha de

salários, que já está dois meses atrasada. Além disso, ele quer R\$ 65 milhões da CEF para um programa de demissões voluntárias e R\$ 300 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Roseana apresentou dados sobre o Maranhão para iniciar a negociação de sua dívida de R\$ 2,2 bilhões. Ela quer baixar o comprometimento das receitas de 17% para 11%. Sua proposta é diferente da dos colegas, que querem comprometer no máximo 6%. Dos três, só ela não integra o grupo de 19 governadores que pressiona o governo federal por melhores

condições de pagamento de suas dívidas. O grupo tem reclamado da "insensibilidade" da equipe econômica e propôs deslocar a discussão para o Senado e a Presidência.

"O que dissemos é que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria orientar sua equipe financeira nas negociações", ressaltou Buaiz. Ele disse que os governadores pediram a intervenção

de Fernando Henrique porque os acertos feitos com a Fazenda no início do ano não foram suficientes para reequilibrar as finanças estaduais. "Mas nossas negociações continuam sendo com a equipe econômica." Suruagy seguiu na mesma linha: "Houve um problema de interpretação."



ALAGOAS
PEDE NOVO
EMPRÉSTIMO DE
R\$ 100 MILHÕES